



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III – GUARABIRA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA**

EDILANE RODRIGUES DE PONTES

**“COLOCAR A DOENÇA NO CORPO”: VACINAÇÃO E REVACINAÇÃO
CONTRA A VARÍOLA NA CIDADE DA PARAHYBA DO NORTE ENTRE O
FINAL DO SÉCULO XIX E COMEÇO DO SÉCULO XX**

**GUARABIRA - PB
2020**

EDILANE RODRIGUES DE PONTES

**“COLOCAR A DOENÇA NO CORPO”: VACINAÇÃO E REVACINAÇÃO
CONTRA A VARÍOLA NA CIDADE DA PARAÍBA DO NORTE ENTRE O
FINAL SÉCULO XIX E COMEÇO DO SÉCULO XX**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Artigo) apresentado como requisito para
obtenção do título de Licenciatura Plena
em História, Centro de Humanidades da
Universidade Estadual da Paraíba,
Campus III.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Edna Maria
Nóbrega Araújo

Co-Orientador: Prof. Me. Rafael
Nóbrega Araújo

GUARABIRA – PB
2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P813c Pontes, Edilane Rodrigues de.
"Colocar a doença no corpo" [manuscrito] : vacinação e revacinação contra a varíola na cidade da Parahyba do Norte entre o final do século XIX e começo do século XX / Edilane Rodrigues de Pontes. - 2020.
35 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2020.
"Orientação : Profa. Dra. Edna Maria Nóbrega Araújo ,
Coordenação do Curso de História - CH."
"Coorientação: Prof. Me. Rafael Nóbrega Araújo ,
Departamento de História - CH."
1. Varíola. 2. Paraíba. 3. Vacinação. I. Título
21. ed. CDD 981.33

EDILANE RODRIGUES DE PONTES

**“COLOCAR A DOENÇA NO CORPO”: VACINAÇÃO E REVACINAÇÃO
CONTRA A VARIÓLA NA CIDADE DA PARAÍBA DO NORTE ENTRE O
FINAL SÉCULO XIX E COMEÇO DO SÉCULO XX**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Artigo) apresentado como requisito para
obtenção do título de Licenciatura Plena
em História, Centro de Humanidades da
Universidade Estadual da Paraíba,
Campus III.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edna Maria
Nóbrega Araújo

Co-Orientador: Prof. Rafael Nóbrega
Araújo

Aprovada em: 26 / 11 / 2020

BANCA EXAMINADORA

Edna maria Nóbrega Araújo

Prof^a. Dr^a. Edna Maria Nóbrega Araújo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Joedna Reis de Menezes

Prof^a. Dr^a. Joedna Reis de Menezes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Rafael Nóbrega Araújo

Prof. Ms. Rafael Nóbrega Araújo
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Com muito amor, e o sentimento de saudade.
Dedico A minha mãe (Francisca Rodrigues) e a
minha irmã (Eliane Rodrigues) IN MEMORIAM

“COLOCAR A DOENÇA NO CORPO”: VACINAÇÃO E REVACINAÇÃO CONTRA A VARÍOLA NA CIDADE DA PARAHYBA DO NORTE ENTRE O FINAL SÉCULO XIX E COMEÇO DO SÉCULO XX

“PUT THE DISEASE IN THE BODY”: VACCINATION AND REVACCINATION AGAINST VARIOL IN THE CITY OF PARAHYBA NORTH BETWEEN THE END OF THE 19th CENTURY AND THE START OF THE 20th CENTURY

Edilane Rodrigues de Pontes*

RESUMO

O presente trabalho analisa a repercussão da varíola na capital paraibana entre o final do século XIX e o começo do século XX por meio da análise das campanhas de vacinação e revacinação. No começo do século XX, a eclosão da Revolta da Vacina, em 1904, no Rio de Janeiro marcou o auge da resistência à prática médica capitaneada pelo sanitarista Oswaldo Cruz de aplicação da vacinação para imunizar a população carioca contra as “bexigas”. Embora na Parahyba do Norte não tenham eclodido manifestações como esta, foi possível perceber por meio da documentação consultada algumas formas de resistência da população paraibana contra receber no corpo a inoculação do vírus causador da varíola. A ideia parecia confusa do princípio norteador da vacina e que, somada à desinformação, contribuiu para uma reticente relação entre a população e a vacinação. Como fontes documentais, utilizo jornais como *A União* e o *Estado da Parahyba*, além das mensagens de Presidente de Estado, que revelam a passagem da varíola pela Paraíba e as campanhas de imunização que foram organizadas.

Palavras-chave: Varíola; Paraíba; Vacinação.

ABSTRACT

The present work analyzes the repercussion of smallpox in the capital of Paraíba between the end of the 19th century and the beginning of the 20th century through the analysis of vaccination and revaccination campaigns. At the beginning of the 20th century, the outbreak of the Vaccine Revolt in 1904 in Rio de Janeiro marked the peak of resistance to medical practice led by the sanitarist Oswaldo Cruz to apply vaccination to immunize the population of Rio de Janeiro against "bladders". Although in Parahyba do Norte no manifestations such as this, it was possible to perceive through the documentation consulted some forms of resistance of the Paraíba population against receiving in the body the inoculation of the virus causing smallpox. The idea seemed confused of the guiding principle of the vaccine and that, added to the misinformation, contributed to a reticent relationship between the population and vaccination. As documentary sources, I use newspapers such as *The Union* and the *State of Parahyba*, in addition to the messages of president of state, which reveal the passage of smallpox through Paraíba and the immunization campaigns that were organized.

Keywords: Smallpox; Paraíba; Vaccination.

* Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: edilanepontes90@gmail.com

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Aplicação da primeira vacina por Edward Jenner em uma criança de apenas oito anos com vacina Bovina 1796.....	12
Figura 02: Charge do movimento anti-vacina da varíola satiriza o procedimento ao representar "os maravilhosos efeitos da nova inoculação".....	13
Figura 03: Notícia sobre reclamações da população em relação as ações de desinfecção promovidas pelos agentes de saúde pública	15
Figura 04: A Revolta da Vacina. Bonde derrubado por populares na Praça da República 14 de novembro 1904	18
Figura 05: A Revolta da Vacina em charge de Leonidas Freire (29/10/1904).....	20

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	5
2 - COMENTÁRIOS SOBRE A HISTÓRIA DA VARÍOLA.....	6
3 - O SURGIMENTO DA VACINA	11
3.1 – Cariocas resistem a vacinação: a Revolta da Vacina	14
4 – A VARÍOLA NA PARAHYBA DO NORTE	22
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
6 - REFERÊNCIAS	32

1 – INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute a repercussão da varíola na sociedade paraibana nas primeiras décadas do século XX e a resistência da população em relação a imunização contra a doença. As informações encontradas foram baseadas a partir de jornais de grande circulação da época como *A União*, órgão oficial do governo do Estado da Paraíba e o jornal o *Estado da Parahyba*, periódico político, social e noticioso.

Inicialmente, o trabalho fala sobre o aparecimento das doenças ao longo dos séculos e como as enfermidades gestaram transformações na sociedade e as consequências que elas acarretavam, visto que “A doença, longe de ser apenas um fato biológico resultado da manifestação fisiopatológica de uma enfermidade, se constitui em um fato social, pois a partir de seu aparecimento são construídos sentidos, tecidas significações que envolvem não apenas o flagelo, mas o flagelado” (ARAÚJO, 2020, p. 3). A falta de cuidados nos grandes centros urbanos, especialmente da capital federal, não favorecia a população o acesso às condições básicas de higiene, saúde e salubridade. O desleixo que as autoridades tinham com os mais pobres em não se preocupar com um ambiente salubre que essa população pudesse desfrutar, era refletido nos precários serviços de saúde pública então existentes.

As doenças que grassaram entre o final do século XIX e começo do século XX foram diversas, em especial, a febre amarela, a sífilis e a varíola. A varíola, tema sobre o qual me debruço neste trabalho, existe em relatos desde a antiguidade. Esta constituía o quadro de doenças epidêmicas que constituam o quadro nosológico do Brasil desde o período colonial, disseminando-se até o século XX, causando inúmeras vítimas.

No segundo momento é destacado o surgimento da vacina e as profilaxias usadas para combater esse mal. Anteriormente ao desenvolvimento dos métodos da inoculação por variolização ou do método braço a braço até de fato chegar à vacina, se recorria a métodos que hoje em dia poderia ser chamado de fitoterápico. Consistiam em práticas de cura de advindas da natureza como ervas ou rituais baseados na sabedoria popular que os mais velhos ensinavam.

Em seguida falo sobre a Revolta da Vacina ocorrida no Rio de Janeiro em 1904 que teve início com a aprovação de um decreto, em cuja base existiam medidas rigorosas fazendo com que a população fosse obrigada a se vacinar. Uma das medidas era que apenas se poderia matricular as crianças nas escolas com o comprovante de vacinação ou conseguir emprego. Utilizo o recurso fílmico através da análise da película *Sonhos Tropicais* (2001) como forma de abordar o momento da Revolta da Vacina e a chegada do sanitarista Oswaldo Cruz ao Rio de Janeiro a convite do então Presidente da República, Rodrigues Alves, para conseguir sanar as epidemias que grassavam na cidade, visto que afetavam os interesses políticos e econômicos da capital do país.

Finalizo o artigo com a análise de como esse motim, que ocorreu a quilômetros de distância da então Parahyba do Norte, respingou na população, através das formas de cuidados com os variolosos, sempre preferindo o tratamento em vez da prevenção contra as bexigas. Algumas medidas de controle como os vacinadores irem à procura dos bexiguentos para serem imunizados, ou até mesmo o isolamento dos infectados seja em hospitais ou cemitérios distantes do centro urbano, como uma maneira de que a varíola não se propagasse na região. Para melhor compreensão do assunto me aprofundei nas obras de autores como Nicolau Sevcenko (1984), José Murilo de Carvalho (1987), Sidney Chalhoub (2006) e Serioja Rodrigues Mariano (2019).

2 - COMENTÁRIOS SOBRE A HISTÓRIA DA VARÍOLA

A varíola chegou ao Brasil junto com os “descobridores” europeus. Com a colonização, a doença foi se disseminando. A primeira referência foi feita por José de Anchieta, em 1561. Os missionários religiosos relatavam a mortandade causada por essa doença, sobretudo por volta de 1563, quando ocorreu a primeira epidemia registrada na Bahia. Outro surto surgiu em 1666, também na Bahia, causando grande letalidade e sofrimento. No século XVIII, ocorreu o retorno da epidemia de varíola em diferentes lugares do Brasil, como São Paulo com diversos surtos entre 1750 e 1850, em Pernambuco o mal da varíola chegou em grande parte através do Porto destacando os surtos entre 1705 e 1715. No Rio de Janeiro as notícias de surtos de varíola se fizeram presentes em 1650, voltando a ocorrer em 1663.

Foi, no entanto, no século XIX, que a varíola se fez mais presente. Se antes ocorria surtos epidêmicos com intervalos longos, nesse século, a documentação nos evidencia que a varíola se tornou uma endemia presente em diversas localidades, resultando em um quantitativo expressivo de número de mortos. De norte a sul os surtos epidêmicos vão grassando com maior ou menor intensidade (FRANCO, 2016, p. 251).

De acordo com Gazêta (2020, p. 11), no período colonial, inexistiam ações de saúde pública para o combate à doença, mas, a “[...] chegada da corte ao Brasil, em 1808, propiciou importantes mudanças nas instâncias sociopolíticas, econômicas e sanitárias do país. O Rio de Janeiro, sede do Império português e principal porto do país, tornou-se centro de intervenções sanitárias.” Ainda segundo Gazêta (2020, p.12):

[...] naquele ano, foi criada a primeira instância voltada para a saúde pública no Brasil, a Provedoria-Mor de Saúde, responsável pela salubridade da corte e pela fiscalização dos navios. Pela relevância que a varíola adquiria, D. João criou a Junta Vacínica da Corte, no ano de 1811, responsável pela vacinação jenneriana (base da imunização atual, desenvolvida por Edward Jenner, o “pai” da imunologia). A obrigatoriedade da vacina foi, pela primeira vez, estabelecida no município do Rio de Janeiro, em 1832, pelo Código de Posturas. A não vacinação se tornou passível de multa. Em 1846, foi criado o Instituto Vacínico do Império, órgão central que atuava nas localidades e era responsável pela vacinação na corte. Também foi estabelecida a obrigatoriedade da vacinação em crianças de até 3 meses e em grupos determinados, exigindo-se o atestado de vacinação para a admissão em algumas instituições.

E continua:

Em meados do século XIX, o desenvolvimento urbano das capitais, e o crescimento dos processos epidêmicos (varíola, febre amarela, tuberculose, por exemplo) levou o governo imperial a centralizar as poucas ações de saúde pública existentes no país na Junta de Higiene, criada em 1849. Inicialmente proposta para o controle da febre amarela, ela ampliou suas atividades, passando, em 1851, a denominar-se Junta Central de Higiene Pública. Porém tais medidas não mudaram o quadro da varíola no país, gerando um questionamento da eficiência da vacina e gerando em 1886, a criação do Conselho Superior de Saúde Pública, formado pela Inspeção Geral de Higiene e pela Inspeção de Saúde dos Portos.

Após a proclamação da República, a saúde pública passou a ser alvo de uma reforma que daria origem à Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), criada em 1896 com o objetivo de melhorar os serviços de saúde. Nos primeiros anos do século XX, a ampliação da vacinação antivariólica fez parte de uma série de medidas orientadas pelos médicos.

Em março de 1903, o então Presidente Rodrigues Alves, sob a influência dos médicos higienistas passou a associar as doenças como resultado da falta de higiene da população e dos espaços urbanos. Segundo José Murilo de Carvalho (1987, p.93) e em 1903 o presidente começou atacando logo as obras de saneamento e de reforma urbana da cidade do Rio de Janeiro, como prometera no discurso de posse e indicou o médico Oswaldo Cruz para a chefia dos serviços sanitários da República.

No momento o Brasil estava enfrentando diversas epidemias, mas no presente artigo, será discutido as questões voltadas para a varíola, por ser uma doença que surgiu na antiguidade e foi se disseminando até o século XX, causando diversas vítimas entre a população e provocou a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro.

Conhecida desde a mais remota Antiguidade, admite-se que os primeiros casos de varíola se verificaram no Nordeste da África, na China e na Índia, muito antes da era cristã. Depois, disso, nenhum continente ficou livre da varíola, que se constituiu durante muitos séculos em verdadeiro flagelo para a humanidade, tendo inclusive modificado o curso da própria história de várias nações (MACHADO, 1989, p. 875).

“A varíola é uma doença infecciosa causada pelo vírus *variola* do grupo *orthopoxvirus*, sua infecção é transmitida pelo trato respiratório e acontece por meio do contato com o vírus seja por meio do contato com a pessoa infectada ou pelo objeto que pertencem a uma pessoa contaminada. Depois do vírus instalado, passa a se espalhar nas mucosas, pele e diversos órgão. Altamente contagiosa, a bexiga, como vulgarmente é chamada no Brasil, traz sequelas horríveis para os acometidos. A OMS considera a varíola uma das doenças mais devastadoras de toda a história”.

Quando a Organização Mundial de Saúde instituiu o Programa de Erradicação da Varíola, em 1967, os especialistas estimavam o número de casos em cerca de 10 a 15 milhões. Ao longo dessa admirável campanha, a América do Sul livrou-se da varíola em 1971, seguida pela Indonésia em 1972 e pela Índia em 1975. Após a eliminação dos últimos pequenos focos da doença na Etiópia e na Somália, mais nenhum caso de varíola foi notificado. Graças aos esforços coordenados da OMS, pode-se dizer que a varíola está erradicada desde o início da década de 80. Já existem muitos médicos e enfermeiras que nunca viram casos de varíola ou trataram portadores da doença. As medidas de controle estabelecidas evitaram o ressurgimento da varíola e a OMS proclamou, em 1984, que a vacinação não mais se fazia necessária (SCHREIBER, MATHYS, 1991, p. 117).

O vírus da varíola percorreu a Terra por cerca de 10 mil anos e matou bilhões de pessoas, com um número de mortes estimado entre 300 milhões e 500 milhões só no século XX. A vacina não apenas impediu muitas mortes, mas também salvou milhões de terem que suportar cicatrizes ou deformidades pelo resto de suas vidas (AQEL, 2020).

Muitos de nós tivemos catapora, também chamada de varicela, apesar da semelhança dos nomes e das pústulas, é uma doença diferente da varíola, a varíola é mais drástica, e os sobreviventes ficam com cicatrizes severas, fazendo desta enfermidade uma das mais mortais de que se tem conhecimento. Trinta em cada 100 pessoas infectadas pela varíola costumavam morrer da doença (AQEL, 2020).

As concepções de doença variaram ao longo da história, refletindo a conjuntura social, política, econômica e cultural, conforme a época, o lugar e os grupos sociais. Além de depender que vários outros elementos que contribuem para o sentido atribuído à morbidade: valores individuais e coletivos, concepções religiosas, filosóficas e científicas. Conforme afirmou a historiadora Dilene Raimundo do Nascimento:

Concorrem para a existência da doença diversos elementos científicos, sociais e políticos, temporal e espacialmente estudados. Dito de outro modo, diferentes grupos, a cada época, dão significação e sentido específicos à entidade fisiopatológica chamada doença. A história das doenças pode revelar uma enorme gama de questões. [...] a doença, como objeto de estudo, possibilita o conhecimento sobre as estruturas e mudanças sociais, dinâmica demográfica e deslocamento populacional, reações societárias, constituição do Estado e de identidades nacionais, emergência e distribuição de doenças, processos de construção de identidades individuais e constituição de campos de saber e disciplinas (NASCIMENTO, 2005, p. 29-30).

Na antiguidade as doenças eram vistas como um castigo divino como forma de punição para os pecados e um acerto de conta com Deus. Diferentes práticas que buscavam curar as enfermidades eram associadas a práticas satânicas. Segundo Chalhoub (1996, p. 125) “[...] tal invento era presente de satã e que vinha perturbar a marcha da natureza e que a divindade infernal queria por este modo introduzir-se no corpo de suas religiosas e piedosas ovelhas para se apoderar de suas almas”.

Em vista da impossibilidade de se combater a maioria das doenças infectocontagiosas, os povos da antiguidade imputavam aos demônios e aos espíritos maus as causas das enfermidades, mas, principalmente, em razão das impurezas do ar e das exalações deletérias expelidas dos corpos em decomposição, das substâncias fétidas, assim como, das águas estagnadas e nauseabundas. Ou seja, os ambientes sujos são suscetíveis a criação de micróbios e resto de materiais orgânicos causa mal cheiro e doenças aos indivíduos. “Essa concepção vem desde o século I a.C., quando os romanos atribuíam a nocividade do ambiente a pequenos animais invisíveis alojados nas águas paradas, cujos eflúvios e emanações subiam à atmosfera e eram respirados pelos homens”...[...] o pensamento dominante do período foi solapado pelo desenvolvimento da teoria do contágio direto que se opunha, diametralmente, à crença de que os miasmas produziam doenças e geravam as epidemias (QUARESMA, 2016, p.34-36).

Segundo Carlos Alberto da Cunha Miranda (2011, p. 307), todas as “antigas civilizações mencionaram a presença de doenças contagiosas ao longo de suas histórias”.

Desde os tempos antigos, explicavam-se as epidemias como manifestações do desagrado dos deuses ou, segundo uma fórmula mais aproximada dos nossos tempos, um castigo divino pelos pecados do homem. É também verdade que, desde a Antiguidade, os princípios da doutrina humoral de Hipócrates estabeleciam que as doenças epidêmicas, responsáveis por grande mortalidade humana, eram uma só entidade mórbida. Suas diversas formas de apresentação não significavam espécies ou diferenças típicas, senão sinais e sintomas, em relação ao humor afetado. A bubônica, a cólera asiática, o tifo, a febre amarela, a varíola, o sarampo e outras doenças que assolavam, recebiam, igualmente, a mesma denominação: peste (MIRANDA, 2011, p.307).

Por ser tratada como um desagrado dos deuses, era comum buscar o auxílio dos deuses e no Brasil de algum santo para a cura das epidemias. Surgindo um santo especialista para cada enfermidade: São Sebastião, São Roque, São Lazaro, etc. Desta forma, para livrar-se da peste, as pessoas recorriam as rezas, confissões, procissões, jejuns, penitências, promessas, e usavam amuletos, talismãs e porções mágicas para livrarem-se do mal. Por ser uma punição divina, a cura ocorreria com agrado ou penitência à Deus, aos santos ou uso de remédios naturais, assim propagava os médicos e o clérigo.

Já a população negra de origem africana, acreditava que a varíola era uma doença sagrada, que não podia ser combatida da maneira como os governantes estabeleciam, ou seja, com a vacinação. Para estes, a varíola e outras doenças deveriam ser combatidas pelo orixá Omulu.

Em tempos de epidemias já era comum no Brasil Colônia, os enterros acontecerem de forma apressada sem rituais demorados. Tornou-se uma exigência das autoridades a higiene das casas e móveis com água rosada e vinagre, pintura das paredes das casas, uso de aromatizadores, etc. Já nas ruas aconselhava-se acender fogueiras e queimar defumadores para tornar o ar respirável. Recomendava-se também evitar sair à noite, sendo cobrado multa dos proprietários de escravas caso fossem encontradas nas ruas além das mesmas receberem chibatadas. As mulheres brancas só deveriam sair de casa a noite se acompanhadas do pai ou esposo, sob pena de pagarem multas. Proibia-se a realização de cantorias e danças por parte de escravos homens ou mulheres e homens livres (MIRANDA, 2011).

Segundo Carlos Alberto Miranda (2017, p. 158-159), a partir do século XVI o quadro nosológico da América do Sul, especialmente do Brasil, “[...] passou a se caracterizar por surtos de doenças infectocontagiosas de caráter epidêmico (sarampo, disenterias, varíola e gripes), endêmico (lepra, sífilis e tuberculose)”. Pode-se perceber, portanto, que os registros da presença desta enfermidade datam do período colonial.

Ainda de acordo com o historiador Carlos Miranda, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, “[...] inúmeras doenças – sífilis, varíola, tuberculose e outras que chegaram ao Brasil com a primeira leva de colonizadores europeus e escravos africanos – foram transmitidas aos índios brasileiros” (MIRANDA, 2017, p. 177), situação que enfraqueceu ainda mais a condição de saúde dos povos autóctones. Além disso, “A desinformação sobre a forma de contágio, a promiscuidade e a prostituição foram os maiores responsáveis pela alta incidência dessas doenças no Brasil colonial” (MIRANDA, 2017, p. 403). Em relação a presença da peste no Brasil no período colonial, vale destacar que os profissionais da medicina usavam uma “série de tratados, sempre utilizando os princípios hipocráticos de combate as epidemias”. (MIRANDA, 2011, p. 316).

Segundo Moacyr Scliar (2003, p. 9), nas ideias hipocráticas “se encontra o [...] embrião daquilo que hoje se denomina conceito ecológico de enfermidade, segundo o qual, as doenças surgem a partir do somatório de três variáveis principais: o agente transmissor, o ambiente facilitador e o indivíduo receptor suscetível à contaminação”. Logo, observa-se medidas voltadas não apenas para o corpo como também para os espaços públicos, o que vai aumentar a partir do século XIX.

Ao que se sabe, desde o século XVIII que a forma de prevenção da varíola já era conhecida - A vacina desenvolvida por Edward Jenner. No Brasil, a vacinação era obrigatória desde o século XIX. Oswaldo Cruz propôs que o governo encaminhasse ao Congresso Nacional um projeto de lei tornando a vacina obrigatória. O Regulamento dava amplos poderes às autoridades sanitárias: aplicação de multas aos refratários, exigências de atestados de vacinação para matrícula nas escolas, para ingresso no

serviço público e até para a realização de casamentos e viagens. Por ser baseada em atitudes que desagradava a população o Código ficou conhecido como “Código de Torturas. Nesse sentido foi criado – a Liga contra a Vacina Obrigatória”.

Na Parahyba, durante o século XIX ocorreram vários surtos de Varíola: 1870, 1879, 1880, 1881, 1883, 1884, 1889, etc. Alguns destes anos a varíola foi acompanhada de grandes e longas secas a exemplo de 1877, 1878, 1879, e as secas dos três oitos 1888, 1889 e 1890 quando as secas assolaram o Estado e muitas pessoas do interior procuraram a capital como abrigo, aumentando a população da Parahyba do Norte e as despesas.

Officio Nº 5003

Ministério dos Negócios do Império

A aprovação de uma verba destinada ao Socorro Publico do exercício de 1883/1884, no valor de quinhentos mil réis, afim de ocorrer o pagamento das despesas realizadas em setembro com o custeio da enfermaria provisoria, estabelecida no sítio Cruz do Peixe para tratamento de indigentes acometidos da varíola. (...).

Rio de Janeiro, 22/12/1883.

Anthunes Maciel (Ministerio dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 1883).

No Officio nº 2528, de 6 de junho de 1883, o Ministério dos Negócios do Império dizia, “ficar inteirado de ter sido fechado, no dia 19 de maio, a enfermaria provisória da Cruz do Peixe, visto achar-se extinta a epidemia da varíola que assolava a capital desta Província” Em Outubro do mesmo ano ocorreu a reabertura da enfermaria Cruz do Peixe devido o reaparecimento da varíola. O aparecimento e reaparecimento da varíola requer não apenas o aumento de verbas para a Parahyba, como também de vacina.

Officio Nº 1610

1ª Directoria da Secretaria de Estado dos Negocios do Império

Rio de Janeiro, 20 de abril de 1886

Ilmo w Excmº Sr.

De ordem da Exª o sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Impériocomunico a V. Exª que segundo informou o Inspector Geral de Hygiene, foram remetidos á Inspectoria de Hygiene dessa Provincia, em 1º deste mez, vinte tubos com lynpha vaccinica de procedência ingleza, e brevemente será enviada a v. Exª a lynpha que requisitou em seu officio de 2 do mesmo mez.

O Director

Antonio Augusto da Silva Jr.

Em 1889 o administrador do Hospital Cruz do Peixe solicitou ajuda ao Presidente da Província dr. Francisco Rui da Gama Rosa em decorrência do grande número de retirantes da seca na capital e da falta de vacinas.

Continua a descer do centro da Provincia retirantes, assolados pela secca, consequentemente cada dia cresce mais o numero delles de maneira que por estarem as dependências deste estabelecimento repletas de povo, os que vao chegando tomaram por abrigo, as arvores que se acham plantadas na aréa desse sítio. [Cruz do Peixe] (...) julgo de urgencia a necessidade, que seja fornecida á este hospital a competente lynpha vaccinica, que não há no mercado, para ser vaccinado todo esse povo que aqui se conserva, para preservar que se desenvolva a varíola, devido a aglomeração d’essa gente mal vestida e mal alimentada (Enfermaria da Cruz do Peixe. Parahyba em 10 de julho de 1889. Officio nº 33).

Nas outras regiões do Brasil os surtos de varíola não eram diferentes. Acontecia de forma recorrente e sempre acometia muitas pessoas e um grande número chegava a óbito.

3 - O SURGIMENTO DA VACINA

A busca da vacina percorreu um longo caminho para se chegar a tão sonhada vacina antivariólica. Os cientistas, em especial, o dr. Edward Jenner, pesquisou bastante para combater o vírus e fez diversos experimentos para chegar à cura da varíola. Batendo de frente com os dogmas e os achismos da população que recorriam os rituais, curandeiros e a medicina popular.

A medicina popular adotada pelos povos mais antigo consistia em crenças que eles acreditavam que funcionava, “[...] durante certo tempo eles guardavam as roupas contaminadas pelos variolosos para depois aplicar pedacinhos do seu pano sobre escarificações feitas intencionalmente na pele dos indivíduos sãos” (CHALHOUB,1996, p. 103). A pratica de rituais em busca da cura era bem frequente como diz Chalhoub (1996, p. 106) “por volta do ano 1000, práticos chineses coletavam as crostas das feridas dos variolosos, reduziam-nas em pó, e então sopravam alguns grãos às vezes com o auxílio de um tubo de bambu nas narinas de pessoas em busca de proteção”. Acreditava-se que tendo contato com a enfermidade, adoeceria uma única vez e não causava a morte em massa.

O primeiro método tentado como profilaxia para a doença da varíola foi a inoculação que seria a remoção da matéria pastosa da pústula das pessoas infectadas com varíola e fazia uma incisão com uma agulha com pus em pessoas que não tiveram contato com o vírus, acreditando que causaria imunidade a forma mais grave da varíola. A ideia da inoculação do pus variólico originou-se provavelmente de crenças presentes em tradições da medicina popular. A prática ganhou os primeiros registros na Europa e nas colônias inglesas na América por um estudo publicado por médicos de Constantinopla em fins do século XVII e início do século XVIII. No século XVIII no Brasil há relatos sobre missionários que tentaram introduzir o método de inoculação na região da Amazônia, porém não obtiveram êxito. (CHALHOUB,2006, p.105)

Em fins do século XVIII tornou-se comum entre camponeses ingleses a ideia de que indivíduos que trabalhavam no trato do gado especialmente aqueles que se ocupavam em ordenhar vacas, não contraíam a varíola.

O Dr. Edward Jenner parece ter se interessado por essa crença popular pela primeira vez na década de 1770, quando uma camponesa lhe disse que “não corria o risco de contrair varíola por que havia sido vacinada”(CHALHOUB,2006,p.106) A vacina da qual ela falava era produzida a partir de uma doença que ocorria ocasionalmente nos úberes das vacas sob forma de ulcerações e era considerada altamente contagiosa, mas que imunizava contra varíola as pessoas que entravam em contato com os úberes doentes.

Jenner recorreu a ordenhadora de leite, Sarah Nelmes, que tinha varíola bovina. Com o vírus extraído de pústulas das mãos da mulher:

Antes de comunicar ao mundo o resultado de suas pesquisas, Jenner selecionou dezesseis pessoas que já haviam adquirido o *Cowpox* (vem do inglês, cow: vaca; e pox: pústula) e passou a inocular, nesses indivíduos, o material varioloso retirado, diretamente dos portadores da doença. O resultado foi que nenhuma das dezesseis pessoas contraiu a varíola. [...] No ano de 1798, Jenner publicou o resultado de seus trabalhos. O médico

demonstrou oficialmente o resultado das primeiras experiências no processo de imunização antivariólicas do Cowpox. Assim, vencidas as dificuldades iniciais de suas pesquisas, Jenner transmitiu ao mundo científico que certas doenças poderiam ser evitadas através do material da mesma natureza da enfermidade que se queria prevenir. (MIRANDA, 2011, p. 335).

Figura 01: Aplicação da primeira vacina por Edward Jenner em uma criança de apenas oito anos com vacina Bovina 1796



Fonte: Foto Gaston Mélingue/Reprodução. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/2020/05/25/conheca-a-historia-da-primeira-vacina-do-mundo-descoberta-ha-224-anos-na-inglaterra.ghtml> Acesso: 20/09/2020.

Mesmo com a evolução das pesquisas e resultados satisfatórios da vacina jenneriana surgiram dúvidas e boatos da comunidade sobre a mesma. O medo da vacina se dava por ela ser extraída das tetas da vaca. Sidney Chalhoub (1996, p. 106) afirma que havia melindro, pelo fato de uma operação consistir na introdução de matéria dos úberes de vacas no corpo humano. Alguns temiam o que processo fosse apenas a transferência para o homem de doenças características desses animais e ainda que poderiam adquirir características das vacas.

Figura



02:

Charge do movimento anti-vacina da varíola satiriza o procedimento ao representar “os maravilhosos efeitos da nova inoculação”

Fonte: Foto James Gillray/Reprodução. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/2020/05/25/conheca-a-historia-da-primeira-vacina-do-mundo-descoberta-ha-224-anos-na-inglaterra.ghtml> Acesso: 20/09/2020.

A vacina jenneriana chegou ao Brasil em 1804, levava esse nome em homenagem ao cientista que descobriu a vacina Edward Jenner. O futuro marquês de Barbacena Felisberto Caldeira mandou a Lisboa, como cobaias, sete crianças de sua propriedade filhos de escravos, um médico acompanhou os escravos apreendeu a técnica da vacinação braço a braço e voltou aplicando o método sucessivamente aos cativos durante a viagem. A Bahia foi o primeiro Estado onde a vacina chegou, depois seguiu para o Rio de Janeiro. (CHALHOUB, 1996).

Carlos Alberto da Cunha Miranda apresenta relatos do médico higienista Aquino Fonseca sobre como se inoculou a vacina pela primeira vez em Pernambuco no início do século XIX

‘Faz-se na pelle uma incisão superficial de uma meia a duas linhas de comprimento de maneira que não saia, ou pouco sangue saia, introduz-se na incisão, cujas bordas se apartão, um pequeno pedaço de fio, de comprimento de uma linha, embebido de fluido vaccinico, ou antes nelle se põem um pouco de pó proveniente das crostas vaccinaes convenientemente secas: cobre-se tudo com um pedaço de tafetá aglutinativo, e sustem-se isto com uma ligadura por meios de bandas circulares; e dous ou três dias depois levanta-se o aparelho, se o trabalho se achar em bom andamento’ (MIRANDA, 2011, p. 336).

A efetivação da vacinação no Brasil acontecia de forma precária por isso esse método foi eliminado em decorrência das “profundas ulcerações provocadas pelas incisões com instrumentos quase sempre infectados e pelo fato de a vacina perder suas virtudes profiláticas”. Outra dificuldade era a insuficiência das informações oferecidas sobre a importância preventiva da vacinação já que as pessoas não sabiam ler os

folhetos distribuídos. Esse método também apresentava como perigo a contaminação da pessoa que recebia a vacina pela sífilis vacinal. Porém, os membros das câmaras municipais e os capitães-generais das capitânicas usavam de suas autoridades e das forças policiais locais, para obrigar a população a se vacinar, sob pena de multa e prisão (MIRANDA, 2011, p. 336).

3.1 – Cariocas resistem a vacinação: a Revolta da Vacina

Com a saída do presidente Campos Sales, seu sucessor Rodrigues Alves assumiu a presidência do país em 1902 enfrentando diversos problemas políticos e econômicos. Ele defendia que a capital deveria ser um cartão postal na altura da “civilização” europeia, para isso, patrocinou uma grande modernização urbana do Rio de Janeiro. O prefeito Pereira Passos (1904/1905) promoveu um grande “bota-abaixo”. Demolindo dezenas de imóveis antigos onde geralmente moravam os pobres – os Cortiços (moradas coletivas) – e construiu novas ruas e avenidas a exemplo da avenida Central, semelhante aos bulevares parisienses. As questões relacionadas a saúde encontravam-se interligadas com as condições de moradia da população e da falta de saneamento da cidade. Para vencer as epidemias comuns na cidade, como febre amarela, varíola e cólera, a palavra de ordem era higienização das ruas e das pessoas. Para atingir seus objetivos as autoridades governamentais buscaram disciplinar os espaços e as pessoas, sobretudo os pobres que eram considerados pelas elites e autoridades como culpados pelas doenças e pela sua pobreza e ignorância.

Com as demolições dos cortiços as pessoas foram procurar abrigo construindo casebres nos morros em moradias improvisadas e insalubres. A sujeira propiciava as doenças e a proliferação de mosquitos e ratos. Ou seja, os problemas sociais e de saúde existentes não foram sanados, mas disfarçados com a exclusão dos pobres das áreas centrais da cidade. O proletariado e os mais pobres foram empurrados para os morros dando início as favelas ou comunidades como conhecemos hoje.

Segundo Marcos Napolitano (2016, p. 32-33) a expulsão da população pobre do centro da cidade somou-se à imposição da vacina contra varíola. Não havia cuidado com esclarecimento das populações mais pobres que eram o objetivo dos higienistas. A violação dos lares pelas autoridades, a exposição dos corpos aos agentes de saúde e a ignorância popular sobre os efeitos da vacina, ampliaram as tensões populares e culminou com a Revolta da Vacina de 1904.

A Revolta da Vacina ocorrida na cidade do Rio de Janeiro em novembro de 1904, não ocorreu de um dia para a noite, pois como mencionado a população vinha sofrendo com atitudes do governo que estava mexendo com o cotidiano da vida dos indivíduos.

Com a apresentação da Lei que obrigava a vacinação em massa começaram a ser divulgadas as notícias falsas sobre a vacina e sobre o método de vacinação causando mais terror na população. “A pequena oposição parlamentar, a imprensa, não governista e a população da cidade, por outro lado, procuravam resistir obstinadamente à sua implantação” (SEVCENKO, 1995, p. 6).

Abaixo pode-se ler a lei 1.261, que obrigava a vacinação em todo território nacional.

Lei nº 1.261, de 31 de outubro de 1904

Torna obrigatórias, em toda a República, a vacinação e a revaccinação contra a variola.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1º A vacinação e revaccinação contra a variola são obrigatorias em toda a Republica.

Art. 2º Fica o Governo autorizado a regulamentar-a sob as seguintes bases:

a) A vacinação será praticada até o sexto mez de idade, excepto nos casos provados de molestia, em que poderá ser feita mais tarde;

b) A revaccinação terá logar sete annos após a vacinação e será repetida por septennios;

c) As pessoas que tiverem mais de seis mezes de idade serão vaccinadas, excepto si provarem de modo cabal terem soffrido esta operação com proveito dentro dos ultimos seis annos;

d) Todos os officiaes e soldados das classes armadas da Republica deverão ser vaccinados e revaccinados, ficando os commandantes responsaveis pelo cumprimento desta;

e) O Governo lançara mão, afim de que sejam fielmente cumpridas as disposições desta lei, da medida estabelecida na primeira parte da lettra f do § 3º do art. 1º do decreto n. 1151, de 5 de janeiro de 1904;

f) Todos os serviços que se relacionem com a presente lei serão postos em pratica no Districto Federal e fiscalizados pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por intermedio da Directoria Geral de Saude Publica.

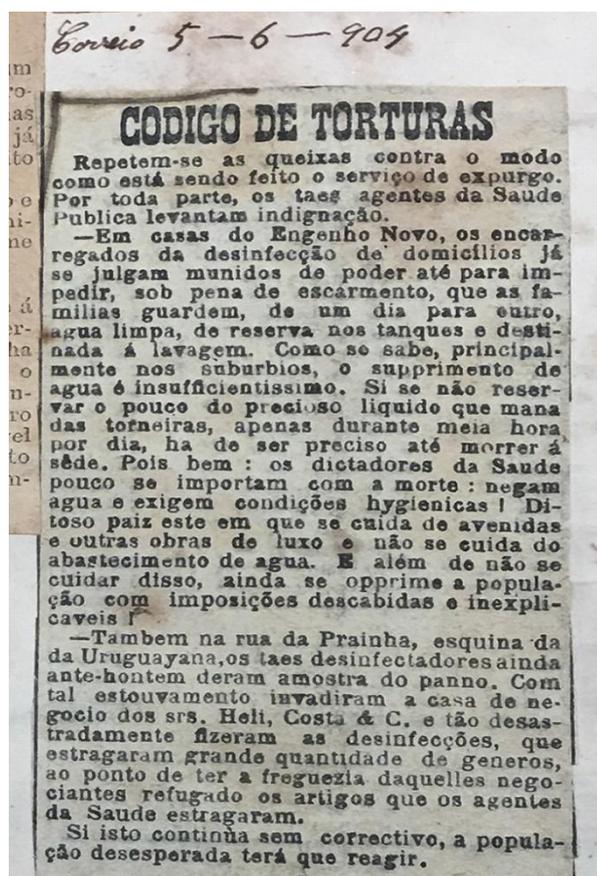
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1904, 16º da Republica.

Francisco de Paula Rodrigues Alves

J. J. Seabra.

Figura 03: Notícia sobre reclamações da população em relação as ações de desinfecção promovidas pelos agentes de saúde pública



Fonte: Correio da Manhã 05/06/1904. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://oswaldocruz.fiocruz.br/linha-do-tempo/#page/20>. Acesso em 10/10/2020.

Havia uma queda de braço entre o governo e seus opositores da vacina formado pela oposição política que usavam a desconfiança da população para formar um discurso político, usando como discurso o direito de escolha que a população não tinha. A oposição do Rio formado principalmente por Lauro Sodré, senador e líder era o mais atuante em atacar o governo de Rodrigues Alves.

Surgiram diversos boatos em torno da vacina, mas um caso em especial nos chama a atenção dramatizado no filme *Sonhos Tropicais* e no livro *A Revolta da Vacina* de Nicolau Sevcenko: uma mulher faleceu um mês depois que tomou a vacina e um médico legista atestou que a causa da morte teria sido uma septicemia¹ em decorrência da vacina, os ânimos se acirraram mais ainda devido a tanta repercussão que o caso teve. Então o dr. Oswaldo Cruz reexaminou o corpo da mulher e constatou que a vacina não teria influenciado na morte da mesma. O médico era contra a campanha da obrigatoriedade da vacinação em massa e teria usado de má fé para causar mais tumulto. A notícia da morte causada pela vacina se espalhou e os números das pessoas que procuravam se vacinar caiu.

Segundo Sevcenko (1984, p.6) “[...] um jornal do Rio, publicou a notícia e na sequência um trecho do decreto elaborado por Oswaldo Cruz, e a partir de então o pânico e a indignação se disseminaram por toda a cidade”. O regulamento como diria o dito popular era curto e grosso, havia metas a serem cumpridas em pouco tempo sem qualquer esclarecimento e preparo psicológico da população.

A varíola teve grande impacto na vida das pessoas durante o século XIX e primeiras décadas do século XX. A nível de Brasil e do mundo. As primeiras tentativas de imunização foi a inoculação que consistia na retirada da secreção das pústulas dos contaminados para ser ministrada em pessoas saudáveis acreditando-se que as pessoas ficariam imunizadas.

A população apesar de poucas pessoas terem o poder de votar, sobretudo, a parcela mais pobre, estava atenta aos aspectos do exercício do poder que lhe afetavam no cotidiano, “[...] mas também estariam dispostos a ir até as últimas consequências para defender o que consideravam seus direitos” (CARVALHO, 1987, p.91) Para José Murilo de Carvalho a população do Rio de Janeiro não estava vivenciando uma política que olhasse o social, que olhasse as necessidades do pobre, tampando os olhos para a população não investe em saúde pública, os hospitais estavam lotados as ruas estavam mal cuidadas. A cidade “maravilhosa” era invadida por pestes e ratos surgindo assim as doenças. A sociedade desempregada, estava desgastada principalmente no aspecto da saúde, pois segundo a OMS saúde é um completo estado bem-estar físico e mental. Não somente a ausência de doença a população do Rio de Janeiro era debilitada de todos esses conceitos. Não se existia saúde, pois as epidemias eram constantes. A maioria dos indivíduos estavam desempregados desocupados devido à crise econômica que o Rio vinha passando desde o governo anterior. A cidade estava passando pelo um cenário caótico em 1904. Aquele ditado popular caíria bem onde qualquer faísca tocaria fogo.

¹ Septicemia: Sepsis (antigamente conhecida como septicemia ou ainda infecção no sangue) é uma doença complexa e potencialmente grave, é desencadeada por uma resposta inflamatória sistêmica acentuada diante de uma infecção, na maioria das vezes causada por bactérias. Essa reação é a forma que o organismo encontra para combater o micro-organismo agressor. Para tanto, o sistema de defesa libera mediadores químicos que espalham a inflamação pelo organismo, o que pode determinar a disfunção ou a falência de múltiplos órgãos, provocada pela queda da pressão arterial, má oxigenação das células e tecidos e por alterações na coagulação do sangue. (VARELA, Drauzio. **Sepsis (septicemia)**. Disponível em: <https://drauziovarela.uol.com.br>. Acesso em 21 de nov. 2020).

Com a saída de Campos Sales antecessor de Rodrigo Alves. Se deu início ao seu projeto político começando pela reforma urbana e saneamento da cidade. Causando uma movimentação no grande centro da capital federal, fazendo a faxina e jogando a poeira pra debaixo do tapete com a derrubada dos cortiços para um pretense embelezamento da cidade e o alargamento das ruas. Para a população que já vivia mal nos cortiços, a situação ficaria pior. Não tinham para onde ir e a única saída era subir os morros da cidade e construir seus barracos de madeira.

O presidente Rodrigues Alves “[...] conseguiu poderes quase ditatoriais para o engenheiro Pereira Passos, nomeado prefeito e para o medico Oswaldo Cruz, nomeado diretor do serviço de saúde pública” (CARVALHO, 1987, p. 93). A saúde pública estava no controle de Oswaldo Cruz, chamado pelo presidente para sanar como as doenças da cidade, que estavam causando prejuízo por que ninguém queria desembarcar na cidade graças a doenças e epidemias que a cidade estava enfrentando.

Esta questão é dramatizada no filme do autor André Sturm, *Sonhos Tropicais* de 2001. No longa, o sanitarista traçou o plano de emergência para exterminar com os ratos e pulgas transmissores da peste, fazendo o governo comprar os bichos. Percebendo uma oportunidade de obter vantagens, o personagem Amaral fez um laboratório de criação de ratos, lucrando com as vendas. Ninguém conseguia entender o por que de ao invés de exterminar os ratos, apareciam mais.

As brigadas sanitárias adentravam nas casas sem nenhum tipo de aviso prévio, nem explicações sobre quais procedimentos iriam realizar. Apenas faziam invadir as casas e se livravam do que eles achavam que poderia ser um foco das doenças, jogando fora as águas que as famílias buscavam com baldes na cabeça. Em todas as ruas foram feitas rigorosas visitas, exigindo-se toda a sorte de melhoramentos necessários.

Tal atividade evidentemente provocou rebuliço na cidade e perturbou a vida de milhares de pessoas, em especial proprietários das casas desapropriadas para demolição os proprietários de casa de cômodo e cortiços anti-higiênicos, obrigados a reforma-los ou demoli-los, e os inquilinos forçados a receber os empregados da saúde pública, a sair das casas para a desinfecções ou mesmo abandonar a habitação quando condenadas a demolição (CARVALHO, 1987, p. 94).

O prefeito da cidade, Pereira Passos, estava responsável pelo embelezamento da cidade aplicando medidas para que o “sujo” da cidade fosse para as margens como os pobres, mendigos, cachorros, vacas, porcos e etc., tudo isso para que o Rio de Janeiro fosse igualmente Paris com toda sua modernidade, dotando a capital federal com ares de salubridade. Contudo, com todos os problemas estruturais e sociais existentes na cidade, demoraria um pouco para chegar ao porte de Paris. Em meio a todos os contratempos que existiam na capital federal, na cidade do Rio de Janeiro havia uma tentativa pela implantação da vacina obrigatória contra a varíola. Segundo José Murilo de Carvalho, esta era a terceira epidemia no alvo de Oswaldo Cruz. Em postura municipal tornara-se obrigatória no Rio de Janeiro para crianças de até 3 meses de idade em 1884. O decreto se estendera a obrigação a todo império e as faixas etárias. Em 1889 o governo provisório renovara a obrigatoriedade para crianças de até 6 meses. A partir daí até 1903, surgiu uma série de exigências para que os alunos de escolas públicas, civis e militares fossem vacinados. Julgando-se ser necessário outra lei de obrigatoriedade da vacina aprovado em 31 de outubro de 1904.

A oposição política de Rodrigues Alves com o apoio de Lauro Sodré que tinha como lema “ a purificação da república”, em 1904, com a fundação do jornal o *Comércio do Brazil*. passou a atacar o governo de Rodrigues Alves com notícias incentivando a não aceitação da vacina a população. A militância de Lauro Sodré na no

centro das classes operárias, tinha como objetivo o esclarecimento da população sobre o que eles chamavam de lei inconstitucional e anti-moralista sobre a obrigatoriedade da vacina antivariólica, pois “[...] a intromissão do governo não passava de um “despotismo sanitário”(CARVALHO, 1987, p. 98)

O projeto de regulamento ficou na responsabilidade de Oswaldo Cruz e umas das exigências seria o atestado de vacinação para matricular crianças nas escolas, conseguir emprego e etc. Sendo um pré-requisito para adentrar na instituição ou conseguir qualquer ato público deveria leva consigo esse atestado de vacinação. Ninguém foi de acordo com tal sugestão que estava no regulamento da Lei. Em *Sonhos Tropicais*, essa questão é retratada na cena do debate acirrado dos senadores e a frustração de Oswaldo em saber da desaprovação do decreto. Vazou a notícia do regulamento e a população que já estava insatisfeita e eufórica foi para a rua incentivada pela liga contra a vacina. O caos estava sendo formado e a população que já vinha há anos sendo tratada sem ser enxergada, viu uma forma de se rebelarem e lutarem contra o governo.

Mais de duas mil pessoas encontravam-se presentes, Lauro Sodré falou contra a lei iníqua, arbitrária e deprimente a que devera resisti mesmo a bala. Além do mais, numa sociedade predominantemente conservadora, a oposição focava o discurso para esse assunto que era o que mais assustava a população a questão da honra era questionada em ter que ser obrigada a aceitar os vacinadores adentrar em seus barracos e terem que expor partes de seu corpo para ser vacinados, especialmente os braços e parte do colo, o que desonraria a família principalmente, pensando nas mulheres e nas filhas.

O embate contra a policia começou com um grupo de estudante que teve repressão policial gritando “MORRA A POLICIA! ABAIXO A VACINA!”. Nesse primeiro movimento a polícia conseguiu conter o motim e no final 15 pessoas foram presas. No dia seguinte havendo as mesmas manifestações o que começou com jovens estudantes e teve a adesão da sociedade em geral. Aderiram a causa mais de quatro mil pessoas, e a cada dia que se passava, mais pessoas se juntavam para lutar contra a obrigatoriedade da vacina. As ruas do Rio de Janeiro se transformaram no campo de guerra, com ataque aos bondes, corte da iluminação pública. O exército entrou de prontidão, os manifestantes fizeram barricadas e o tiroteio foi intenso contra os manifestantes os quais reivindicaram.

Figura 04: A Revolta da Vacina. Bonde derrubado por populares na Praça da República 14 de novembro 1904



Fonte: Correio da Manhã 14/11/1904. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://oswaldocruz.fiocruz.br/linha-do-tempo/#page/20>. Acesso em 10/10/2020.

Com a as proporções que o motim tomou, o governo teria que possuir alguma medida para diminuir a extensão do evento e agiu dando recomendações para que a população ficasse em casa, pois quem estivesse na rua seria entendido como baderneiro e receberia punição. Depois de alguns dias de confrontos, a polícia conseguiu prender o mais valente e corajoso dos revoltosos: Prata Preta, que nenhum momento quis se render. Os ataques iam cessando com a prisão dos manifestantes que foram levados para outros estados e ilhas servindo como punição e o governo conseguia aos poucos restabelecer o controle da cidade, onde “[...] foram detidas ao todo 945 pessoas, destas, 461 depois de terem sido identificadas como possuindo antecedentes criminais, foram deportadas. As restantes 484 foram soltas” (CARVALHO, 1987, p. 171). Para colaborar com a limpeza da cidade a polícia prendia quem eles achassem que eram vagabundos ou baderneiros.

A revolta da vacina ocorreu na capital federal em 1904. Teve início pela revolta popular por não aceitarem a obrigação de terem que ser vacinas. Sentido coagidos e não acetando essa decisão do governo federal atacaram, travando uma batalha contra o poder administrativos que era representado pelo presidente da república Rodrigues Alves. Além do mais a oposição estava atenta a qualquer passo em falso que a presidência desse para que conseguir o controle.

Dramatizado no filme *Sonhos Tropicais*, onde os militares Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto traçavam um plano às escondidas para que o furdunço se generalizasse e a população se revoltasse mais ainda contra o governo para que o presidente ficasse pressionado e renunciasse, ou então conseguissem tomar o poder valendo-se da força dos [...] formados nas escolas técnicas de preparação de cadetes, onde pontificavam as novas teorias científicas que propunham uma reorganização geral da sociedade” (SEVCENKO, 1984, p.4). Com os estudantes das escolas militares seria um ponto de apoio para que tomassem a frente sendo instruídos pelos seus superiores, porém a revolta tomou um rumo maior que os planos dos positivistas e fugiu do controle se tornou um evento grandioso da massa popular.

A Revolta da Vacina foi um dos episódios mais marcantes da história devido ao movimento popular das classes menos favorecidas que estavam assoladas em um ambiente de extrema pobreza sem ter com quem debater ou cobrar o mínimo de saúde pública ou assistência social do governo, que os tratavam como sendo um problema para a sociedade. Não sendo necessário resolver, mas sim esquecê-los. Nenhum direito conquistado, nem mesmo agora o direito de se negar a tomar uma vacina. O Rio de Janeiro estava passando por uma epidemia de varíola e estando à frente da pasta da saúde Oswaldo Cruz, este sanitarista intensificou as medidas de prevenção a epidemia, sem se atentar a preparar a população para uma guerra que deveria ser travada contra as doenças, jogou as medidas de forma autoritária e a população desinformada, sem ter nenhum tipo de assistência psicológica e sem informação se expressou como eles podiam e sabiam, brigando por um direito de ter de escolha. Para Nicolau Sevcenko “[...] a revolta da vacina e se constituiriam numa das mais pungentes demonstrações de resistência dos grupos populares do país contra a exploração a discriminação e o tratamento espúrio a eram submetidos pela administração pública nessa fase da nossa história”(SEVCENKO,1984,p.5). A população estava empovorosa com tantos boatos sobre a varíola e em especial sobre a vacina, pois existia a crença de que por meio da vacinação estaria sendo colocada a “doença” para dentro do corpo, que em certos momentos o uso de sanguessugas, por seu turno, eram utilizadas com a crença que iria extrair a doença do corpo.

A obrigatoriedade da vacina foi copiada de países como a Alemanha, Itália e França, que tiveram bons resultados na luta contra a varíola. O Brasil estava passando por diversas epidemias como a febre amarela, a peste bubônica e agora a varíola que estava se alastrando no Rio de Janeiro. A capital que servia de modelo para o país. Em *Sonhos Tropicais*, a cena do diálogo entre Rodrigues Alves e Oswaldo Cruz no filme encena a grande preocupação, que existia não porque a população mais pobre estava sendo afetada com as doenças, mas em decorrência dos focos epidêmicos estarem afetando a situação turística e financeira do país. Ninguém queria desembarcar no Rio de Janeiro com todas as epidemias que a cidade vinha enfrentando: “– Esta cidade é vitrine do Brasil é um desastre completo, diversos navios estrangeiros se recusam a aportar no Rio” (SONHOS tropicais, 2001).

A falta de informação da população acarretava que a oposição tivesse mais controle em divulgar e exaltar mais ainda a desconfiança da população do que poderia ser administrado em seu corpo. Outro aspecto da revolta da população, segundo Sevcenko(1984) era a questão da moralidade. Como uma sociedade em que os indivíduos foram criados e ensinaram seus filhos com tanto rigor e preceitos morais, agora iria permitir sua família ser tocadas por desconhecidos, ainda mais em horário que os pais de famílias não estariam em casa? Seria algo desonroso.

A revista *O Malho*, descreveu a Revolta da Vacina por meio de uma charge:

Figura 05: A Revolta da Vacina em charge de Leonidas Freire (29/10/1904)



Fonte: Publicada na Revista *O Malho*, em 1904.

O regulamento que dava carta branca para o Departamento de Saúde Pública mal chegou a ser aprovado e já trouxe o caos. Um dos primeiros objetivos desse decreto seria a vacinação em massa, que em pouco tempo desse resultado atingindo todas as faixas etárias e quem descumprisse receberia multa. Sendo impedido de conseguir trabalho e de realizar a matrícula de seus filhos na escola. O comprovante da vacina seria uma forma de exclusão de uma parcela da população que já vinha passando por maus bocados.

Publicada a regulamentação, já no dia seguinte, 10 de novembro, as agitações se iniciavam com toda a fúria que as caracterizaria. Grandes ajuntamentos tomaram a Rua do Ouvidor, a Praça Tiradentes e o Largo de São Francisco de Paula, onde oradores populares vociferavam contra a lei e o regulamento da vacina, instigando o povo à rebeldia (SEVCENKO, 1984, p.10).

Com a baderna as ordens eram claras, dispensar qualquer tipo de movimentação nas ruas que ameaçasse a ordem pública. Lauro Sodré, militante das classes operárias, era um incentivador dos motins contra o decreto da vacina. Depois de alguns dias de confronto a confusão se generalizou, ganhando contornos em que somente a polícia não conseguiria reprimir a massa de populares, vindo a pedir a ajuda de forças oficiais, que se dividiram em regiões da cidade para que desse conta do confronto. Os manifestantes reivindicaram o quanto e com que podiam empunhando pedras e pedaços de madeira, fazendo barrigadas com sacos de areias. O resultado dessa manifestação foram diversos mortos dos dois lados, mesmo com todas as dificuldades a população que lutava contra o decreto causou dor de cabeça para o governo ao ponto de apelar para as forças armadas.

Com o objetivo de atizar mais ainda a população, Lauro Sodré discursava nas ruas, distribuía folhetos difamando a lei e dizendo que “é uma lei arbitrária, iníqua e monstruosa, que valia pela violação do mais secreto de todos os direitos o da liberdade de consciência”(SEVCENKO, 1984, p.7) Com todas essas difamações contra a vacina no mês de julho cerca de 23.021 pessoas haviam procurado os postos da saúde pública para serem vacinados, no mês seguintes esses números haviam caído para 6.036 pessoas. O que desencadeou a revolta foi a regulamentação da lei que foi votada em 31 de outubro

e passou a reger a definição das normas e métodos e recursos para a aplicação concreta da aplicação da vacinação que ficaria a cargo do departamento de saúde pública. A lei foi regulamentada em 10 de novembro e as manifestações se iniciaram e se estenderam por vários dias, dando trabalho para que o governo em conjunto com as forças policiais conseguissem ter o controle da situação.

Foram dias de embates violentos. Os movimentos se tornaram tão fora de controle que nem um dos lados acharia que tomasse as proporções que tomaram. Além disso, havia um terceiro lado da oposição que era encabeçado pelos jacobinos e Florianistas que estavam inconformados por terem perdido o poder. Torciam pelo fracasso do governo para que conseguisse com a saída do opositor a posse do poder da República. Para a oposição a revolta era algo favorável, porque com esse motim as atenções do governo se voltariam para a revolta e o Catete estaria suscetível para que eles pudessem desferir um golpe militar.

Quando a revolta estava em seu auge de violência e todas as atenções do governo estavam voltadas para ao motim, na tentativa de apaziguar a cidade, os militares intentaram invadir o catete dando de cara com o batalhão policial que estava de prontidão para resguardar o palácio. Segundo Sevcenko, “[...] chegaram a sugerir a fuga de Rodrigues Alves, que seria conduzido para uma embarcação da marinha de guerra, pondo -se a salvo no mar. O presidente resistiu ao convite e passou a comandar pessoalmente a defesa da sede do governo. Reforçaram-se ainda mais a tropas a volta do palácio (SEVCENKO, 1984, p.22)

Travando confronto a balas e tiros, mas a polícia conseguiu vencer a oposição que queria uma sedição. Vendo o circo pegar fogo Lauro Sodré se esvadiu do local e foi para onde estavam os revoltosos informá-los sobre o que tinha acontecido sobre a liderança ainda estar com Rodrigues Alves. Um dos mais resistentes da revolta, Prata Preta, não deu importância e não se rendeu. Sodré se retirou e foi se abrigar em local seguro, para não ser preso.

Para tomar o controle da cidade foram necessárias medidas de emergências dentre uma das medidas foi colocar a marinha, exército e a brigada da policia dividindo a cidade para que tivesse melhor controle da situação. Apesar de todo o caos que aconteceu na cidade e inúmeros mortos, a revolta obteve êxito e o decreto que obrigava a vacina e todos outros abusos foram cancelados. Com a extinção da causa deflagradora da revolta, o motim começou a diminuir e com a repressão da polícia, para servir de exemplo, alguns dos revoltosos foram levados para outros estados e ilhas. Fazendo a varredura na cidade em nome da ordem. Assim:

a cidade ressurgiu da revolta irreconhecível. Calçamentos revolvidos, casas ruínas, janelas estilhaçadas, portas arrombadas, trilhos arrancados, restos de bondes, carros e carroças calcinados nas ruas, crateras de dinamite e petardos, ruínas de prédios incendiados, “lâmpadas quebradas, postes, bancas, relógios e estátuas arrancadas, trincheiras improvisadas dos mais variados materiais, barreiras de arame farpado, perfurações de bala por toda parte, manchas de sangue, cavalos mortos, cinzas fumegantes (SEVCENKO, 1984, p. 26).

4 – A VARÍOLA NA PARAHYBA DO NORTE

Como foi mencionado anteriormente, a varíola chegou a América com os colonizadores por volta de 1563, e em 1597, chegou a Parahyba. Há quem diga que, os portugueses venceram os Potiguaras por meio da disseminação da varíola. “Os

Potiguaras resistiram por vinte e cinco anos, até que foram vencidos não pelas armas, mas pela peste os brancos, por conhecer a falta de resistência dos indígenas à varíola, introduziram” (SÁ, 1999, p. 153).

Os mortos foram deixados sem sepultura e com objetos de uso pessoal perto, roupas, camisas, lençóis, etc. assim, atraíam os indígenas e os contaminava. Logo depois estavam com febre, o corpo coberto de exantemas, em seguida de pústulas e posteriormente morriam. “Não sobreviveram mais de 500 dos 20.000 potiguaras que habitavam a região” (SÁ, 1999, p. 154).

A partir de então, a varíola tornou-se endêmica na Paraíba, reaparecendo com uma frequência de quatro em quatro anos ou todos os anos durante o verão. Era comum a epidemia durar três anos como de 1859 a 1861 e de 1900 a 1907 ou 1908.

A varíola mais conhecida como bexiga, grassava periodicamente na Paraíba, sobretudo na zona do litoral e do brejo. O povo corria as léguas de um bexiguento. Para isolar um paciente, a fim de não empestar o lugar, fazia-se rancho no meio do mato e dele só se aproximava quem já tivesse sido marcado pelo mal. Bexiga só dava uma vez. Imunizava o indivíduo (ALMEIDA, 1980, p. 380).

A chegada da varíola na Paraíba se deu pelo Porto. Os navios eram um dos transportes mais usados para transportar pessoas e cargas de todo o mundo. Além das novidades do Velho Mundo, consigo traziam as moléstias da época, inclusive, a varíola tão temida, causando espanto e medo na sociedade. Segundo Serioja Mariano (2019, p. 2) “[...] a varíola se alastrava por várias localidades, atacando quase todos da classe baixa do povo que se recusavam a receber a vacina considerada o meio mais eficaz de prevenção”. Em 1907, o jornal *A União* (p. 3) demonstrava a presença de casos de varíola na Parahyba do Norte: “Recrudescer a varíola na cidade. Quando o mal estava quase extinto, registrando-se poucos obitos ocasionados pela terrível peste nos mapas mensaes publicados pelo administrador do Cemiterio Publico, eis que appareceram novos casos e o hospital de Sant’anna, na Cruz do Peixe, tem-se enchido de doentes”.

A Paraíba enfrentou diversas doenças como cólera, febre amarela, sarampo, sífilis, peste branca ou tuberculose, peste negra ou peste bubônica, peste rubra ou varíola entre outras. As doenças pareciam naturais e eram esperadas a cada estação do ano. A varíola causou maior preocupação das autoridades devido a epidemia ser a mais duradoura e alarmante devido ao seu nível de letalidade e propagação.

As medidas se procediam apenas quando o mal aparecia e eram esquecidas ou atenuadas quando a peste ia embora. O governo do Estado junto com o Inspector de Hygiene, nomeou uma comissão médica. E esta, recebendo o apoio da Santa Casa de Misericórdia, tentou debelar a epidemia mediante as ações típicas de um modelo campanhista e polialesco, de vacinação, revacinação, desinfecção de domicílios e isolamento e transporte de doentes para o Hospital Cruz do Peixe. Além da capital, a varíola varreu o interior (SÁ, 1999, p. 161).

Os governantes só se preocupavam com a varíola no momento das epidemias, quando esta atingia os Estados vizinhos. A população temendo a chegada da doença, passava a fazer promessas e novenas para diminuir a ira de Jesus e a peste não atingir a Paraíba. Segundo Edna Maria Nóbrega Araújo (2001, p. 80), “[...] a população apelava para Deus e para os Santos considerados “advogados contra as pestes”, fazendo preces, terços e procissões de penitências”. Muitos buscavam ajuda dos curandeiros, benzedoras e feiticeiros. Ainda segundo Araújo (2001, p. 87), na obra *“Cidade Febril:*

Cortiços e epidemias na Corte Imperial”, Sidney Chalhoub afirma que no Rio de Janeiro:

“[...] durante a epidemia de febre amarela, em 1850, não faltou esse tipo de debate. De um lado, os ‘philosophos materialistas’ defendiam explicações ditas científicas para o aparecimento da febre amarela. Do outro lado, muitos defendiam a idéia de que a peste era o “castigo de Deus” sobre a cidade devido aos pecados que haviam cometido, e que continuavam a cometer, seus moradores”.

Se não bastasse a varíola, a Paraíba passava por outros desafios como a seca, que agia, conseqüentemente, causando fome à população que já estava debilitada com a doença. Devido à escassez de comida por falta de chuva, as pessoas ficavam a mercê da falta de uma política pública social que olhasse para os mais carentes. Como se recuperariam de uma moléstia se não havia nem o que comer? Algumas medidas eram tomadas de forma isolada apenas quando a situação já estava descontrolada principalmente em municípios mais isolados longe da capital. Não se pensava em medidas de prevenção e sim em medidas paliativas que amenizaria o sofrimento da população.

Esta epidemia que há muito reina em nosso Estado, tem ultimamente recrudescido na rua do Jaguaribe, onde registra-se numerosas victimas. Chamamos atenção do poder competente para determinar as suas providencias no sentido de melhorar as condições de higienicas daquelle bairro, onde a pobreza muito se manifesta. Um pouco de amor ao proximo, alguma cousa de piedade pelos que soffrem, alem da miseria e da fome (*Estado da Parahyba*, 11/01/1908).

Embora as doenças dentre elas a varíola atingisse toda população, os pobres eram os mais prejudicados, dessa forma, eles precisavam não apenas da vacina, mas sobretudo de medidas assistencialistas. A fome fazia com que o sistema imunológico ficasse suscetível a doenças que tinha como porta de entrada pessoas com deficiências nutricionais. Os pobres além de estarem mais predispostos a serem acometidos pelas doenças devido ao estado nutricional deficitário, as moradias precárias e as condições de trabalho aumentavam tal predisposição. Eles eram mais expostos aos perigos das pestes.

Na segunda metade do século XIX, homens e mulheres na Paraíba sofriam de padecimentos provocados por moléstias diversas. Aqueles que buscavam debelar seus males deveriam se dirigir ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia, cujo funcionamento foi regular. Havia outros nosocômios, contudo, atuavam de maneira temporária em épocas de epidemia como o Hospital de Caridade, o Hospital Inglês, a Enfermaria Militar e a Enfermaria da Cadeia Pública (ARAÚJO, 2020, p.34).

Ao que parece as constantes epidemias de varíola, levou a criação do primeiro Regulamento Sanitário, em 1895, que vigorou até 1911 quando foi criado Serviço de Higiene. Em setembro de 1907, a Assembléia Legislativa autorizou o presidente do estado a organizar o Serviço de Hygiene Publica do Estado, criando em três seções (ver anexo): “(A) um desinfectorio que será centro de todo o trabalho de desinfecção. (B) O Serviço de Estatística Demographo sanitário. (C) um Hospital de isolamento” (LEAL, Monsenhor Walfredo. Lei 270, de 26 de setembro de 1907). Embora criado em 1907, só foi institucionalizado em 1911.

Segundo Sá (1999, p. 205), “o Decreto e a Directoria de Hygiene, assinalavam um divisor de águas na história da saúde do Estado e, mais particularmente, em sua capital. [...] Sua institucionalização encontrava-se calcada em dois principais objetivos: 1) Estabelecer a hygiene individual e garantir a salubridade da cidade; 2) Cura do indivíduo doente e sanear a cidade”.

Nesse sentido o regulamento de 1911 tornou-se fundamental para a realização de muitas reformas urbanas. Este fato fez com que, os higienistas passassem a ser considerados os mais aptos para intervir na ordenação do espaço urbano e no cotidiano dos habitantes da cidade.

Os jornais ora denunciavam a situação de insalubridade da capital como também faziam elogios ao aformoseamento da cidade da Parahyba do Norte como podemos observar abaixo:

É digno de reparo o estado em que se achão os passeios dessa cidade, apresentando soluções de continuidade capazes de fazer esborrachar o nariz e quebrar. (...) Sucede por isso que muitas famílias à noite procuram o largo do calçamento para evitar qualquer accidente desagradável. Estão também a clamar uma mão de cal os edifícios públicos. Continua-se com grande abuso e prejuizo da salubridade pública a pratica de lançar lixo nos terrenos baldios mesmo no coração da cidade, nas vielas escuras e ruas mais ou menos concorrida.

Já denunciemos o mal que nos poderá aduir de estarmos alimentando esses focos de infecções, na maior parte composta de materiais orgânicos que agora sob a acção candente dos raios solares facilmente se decompõem, produzindo miasmas deletérios que infeccionarão o ar e introduzindo se em nossa economia animal causarão funestos resultados. Devido a falta de medidas hygienicas certas moléstias entre nós adquirem um carater endemico, principalmente a febre e a varíola.

É justamente na estação calmosa que estas ultimas apresenta-se ceifando as victimas que a nossa imprevidência lhe reservam. Portanto, antes que apareça implacavel esta ou outra qualquer epidemia que nos possa flagellar, cuidemos em neutralizar o campo de acção removendo e eliminando todos focos microbianos, praticando a profilaxia mais simples e mais fecunda do mundo. Já que grande parte dos habitantes d’esta cidade estão inveterados no condenavel vezo de consentirem e de fazerem perto ou longe de suas casas despejo de lixo, lance a policia municipal suas vistas sobre isso, redobre de actividade corrigindo-os a deixarem essa pratica condemnavel, e fazendo desde ja desaparecer esses monturos e esterquilínios no centro da cidade, e tanto depõem contra nós (*Estado da Parahyba*, 17/09/1891).

Em 1913, as reclamações continuam as mesmas:

Em carta do illustre coronel José Bezerra Cavalcante de Albuquerque, prefeito d’esta capital, dirigida a um jornal, lêem-se referencias feitas mais de uma vez, á pratica grandemente censuravel, que muito depõe contra os nossos costumes, de se fazer despejo de lixo e detricos de toda ordem nas vias publicas, mesmo as mais centraes, mau grado a passagem regular das carroças conductoras. [...] Nós mesmos e comnosco toda a imprensa parahybana, auxiliando a Municipalidade, que, a respeito faz publicar avisos e editaes, temos verbalizado, entre outros, o habito deprimente de tornarmos certos pontos da nossa urbs em deposito de lixo, de animaes mortos, de detricos, etc. sem conseguirmos de nossa campanha nenhum sucesso (*A União*, 10/01/1913).

A falta de hygiene por parte da população da Parahyba do Norte, preocupava não apenas as autoridades governamentais e médicos como também os redatores dos jornais locais que usavam as páginas dos periódicos para denunciarem os chamados hábitos

deprimentes das pessoas que insistiam em não cumprirem com as regras estabelecidas pelas posturas municipais.

As críticas aos hábitos e costumes da população urbana eram condizentes com o que naquele momento as elites desejam para a Parahyba do Norte. Era uma época em que a *urbs* passava por inúmeras reformas na sua fisionomia, mostrando que queria seguir o exemplo de outras capitais do Brasil a exemplo do Rio de Janeiro, cuja remodelação transformava a cidade em um espaço moderno.

O advento da República proclama sonoramente a vitória do cosmopolitismo no Rio de Janeiro. O importante, na área central da cidade, era estar em dia com os menores detalhes do cotidiano do Velho Mundo. E os navios europeus, principalmente franceses, não traziam apenas os figurinos, o mobiliário e as roupas, mas também as notícias sobre as peças e livros mais em voga, as escolas filosóficas predominantes, o comportamento, o lazer, as estéticas e até as doenças, tudo enfim que fosse consumível por uma sociedade altamente urbanizada e sedenta de modelos de prestígio (SEVCENKO, 1995, p. 45).

O cotidiano da população sofreu significativa alteração. Das reformas urbanas, as novas formas de lazer a exemplo do cinema, a moda, tudo caminhava para a busca do novo, do moderno em oposição ao antigo, ao velho. Dessa forma, copiar os modelos europeus principalmente francês tornou-se natural como afirma Nicolau Sevcenko na sua obra *Literatura como Missão*.

A Parahyba do Norte, não deixou de seguir tais exemplos, os navios que aportavam em cabedelo eram responsáveis pela chegada das novidades. A partir da década de 1910, a construção dessa nova ordem urbana se consubstanciou, sobretudo, no desenvolvimento de estratégias embelezadoras, saneadoras e higienistas.

No mesmo ano em que o Jornal *A União*, faz menção a falta de sucesso com as campanhas para manter a cidade limpa, também tece elogios ao Presidente do Estado Sr. Dr. Castro Pinto pelo aformoseamento da *urbs*:

O exmo. Sr. Dr. Castro Pinto, Presidente do Estado, iniciou desde o principio do seu governo, a serie de melhoramentos indispensaveis que ha muito tempo, eram reclamados (...) A directoria das obras publicas iniciou os seguntes trabalhos de reformas e construcções: Palacio do Governo, Lyceu, Quartel da Guarda Civil, Chefatura de Polícia, 1ª delegacia, Cadeia Publica, Escola de Aprendizes de Marinheiros, uma casa na Avenida João Machado, Residência Presidencial, Ponte de Sanhauá, etc. terminados os serviços que estão em andamento, aos quaes se deve juntar o embelezamento do Jardim Publico. Estamos com um governo seriamente empenhado em fazer d'esta cidade uma terra digna do grao de civilização dos seus habitantes. Soma-se aos melhoramento acima outros tantos já realizados como: illuminação electrica, abastecimento d'agua, alargamento de ruas, praças arborizadas, etc. (*A União*, 16/03/1913, p.2).

No que se refere à higiene, percebemos a sua presença como elemento fundamental para o desenvolvimento do progresso e da civilização, requisitos sonhados pelas elites parahybanas. “A vontade de ser moderno representa, seguir o modelo pasteuriano, caracterizado por uma forte tendência à repressão, haja vista o destaque dado a polícia sanitária, às desinfecções, à epidemiologia e as campanhas sanitárias”. Os elementos se fundem e convergem por meio de suas ações para a organização de um novo modelo de intervenção, “[...] justificado metafóricamente, mediante duas endemias – febre e varíola. Aos interesses, miasma e micróbios pontuam em nossa cidade, a

intenção de um Serviço de Higiene Publica, voltado a descaracterizar a anarquia e imprimir a ordem”. (SÁ, 1999, p. 213).

Sobre o papel do Serviço de Higiene no estado o presidente João Machado afirmava:

Era incontestável a urgência de ser dotada nossa Capital, com uma organização sanitária que viesse introduzir novos estímulos e dar sério combate às antiquadas e prejudiciais idéias existentes entre nós em matéria de higiene (...). Nesse sentido, baixei o decreto 494 de 8 de junho do corrente ano (1911) que organiza a Repartição de higiene, de acordo com o regulamento expedido na mesma data. (...). É preciso que nossa população se submeta às leis sanitárias sem a preocupação de que elas possam atingir a liberdade individual, indo mesmo até a inviolabilidade do domicilio. (...) Do que tenho exposto até aqui vê-se que nosso plano de defesa sanitária resume-se na criação e rigorosa observância dos seguintes serviços: polícia sanitária, vigilância médica, desinfecções, vacinação e revacinação, isolamento e demografia sanitária. (SÁ, apud NÓBREGA, 1999, p. 217).

Com a instalação da Directoria de Higiene a vacinação passou a acontecer nas suas dependências. Já no século XIX, observava-se a tentativa de vacinação da população por parte do Presidente da Província e a não aceitação da vacina por parte da população: “O serviço de vacinação tem sido feito com regularidade, embora a repugnância de parte da população em aceitar semelhante preservativo” (*Mensagem do Presidente dr. José Ayres do Nascimento*, 04/10/1883, p. 4).

A vacinação da varíola na Paraíba, deveria ser realizado pelos municípios, que solicitassem de acordo com o regulamento nº 494, sendo os delegados de higiene responsáveis pela administração. A campanha de imunização ocorria de forma emergencial em locais que estivessem ocorrendo surtos, na maioria das vezes municípios que faziam limites com outros estados.

A imunização contra a bexiga, como era vulgarmente conhecida a varíola, foi trazida para a Parahyba do Norte no ano de 1805, mas de modo semelhante ao que ocorreu no Rio de Janeiro as pessoas da Paraíba também temiam o método de inoculação. Era algo nunca visto e com pouca informação ou explicação de como seria administrada a vacina daí as pessoas se negavam a vacinar. Havia boatos que quem se vacinasse morreria. Para dar exemplo que a vacina não matava, o presidente do estado e seus filhos se vacinaram mesmo assim a aceitação não foi a esperada.

Os governantes tentaram atrair a população para a vacinação a exemplo de gratificações para os administradores da vacina para que estes se empenhassem para convencer a população do resultado positivo sobre a vacina, exigência para que os alunos que desejasse ingressar na rede pública apresentasse o comprovante de vacina, etc.

O Serviço de Higiene contava com duas delegacias de higiene, com um caráter militar, apenas dois delegados e um desinfector, para uma população de mais de vinte e cinco mil almas, se ocupavam das visitas da polícia sanitária. Escudados pelo saber e poder que detinham, e respaldados pelo decreto 494, diariamente percorriam as ruas da cidade e invadiam os domicílios a fim de fiscalizá-los, com um olho posto no Regulamento, que rigorosamente teria de ser cumprido, e o outro olho posto nos cantos das moradas daqueles que contrariassem a necessidade do rigor... procuravam lixo entulhados nos quintais, voltavam a vista em busca de presença de aparelhos sanitários; verificavam o estado dos canos de esgotos... ao residente infrator e anticivilizado, sob pena de multa, intimavam-no à construção de aparelho sanitário, dando-lhe geralmente um prazo de trinta

dias. Quando o problema se limitava á retirada de lixo, o prazo concedido variava de quarenta e oito horas a seis dias. O castigo também valia uma multa, com direito a ser novamente cobrada em caso de reincidência (SÁ, 1999, p. 219).

Pelo que pode-se observar na documentação consultada, a limpeza e a ordem dos espaços públicos ou das residências era o tom dado pela Directoria de Hygiene que cobrava os reparos das edificações públicas, asseio nos Hospitais, cemitérios, cadeia, etc. Havia todo um discurso em torno da fundação de um asilo para mendigos, um asilo para alienados e Hospital de isolamento. Porém, diante dos poucos profissionais responsáveis pelo Serviço de Hygiene, este mostrou-se limitado. Porém, o Presidente de Estado, João Machado apesar de concordar com as limitações dos recursos, acreditava que teria condições de impedir as epidemias:

Si não estamos perfeitamente aparelhados para agir de modo inteiramente eficaz, em momento de excepcional aggressão por uma forte epidemia, não há dúvidas que dispomos de meios sufficientes para adoptar medidas preventivas valiosas, e para attenuar novamente as consequencias de qualquer invasão mórbida (Mensagem do Presidente de Estado João Machado. 1913, p.18).

No entanto, ainda em 1913, chegou à Parahyba, começando em Campina Grande, mais uma epidemia de varíola e as autoridades governamentais e os médicos fizeram campanha para que as pessoas se vacinassem e estas atenderam.

Parece-nos que a procura foi muita. Tanto assim que a lympha logo se esgotou. A presença da varíola levou a Directoria de Hygiene a montar uma campanha, estruturada em serviço interno (vacinação na sede) e serviço externo (vacinação realizada nas residências dos médicos, logradouros e ruas), visitas da polícia sanitária aos domicílios e encaminhamento dos variolosos ao Hospital da Cruz do Peixe. Com relação a vacina, tão grande passou a ser a sua procura, que, no dia 23 de agosto, as 21:00 horas, do Rio de Janeiro, chegaram 500 tubos. Logo mais, no outro dia, da remessa restavam apenas cinquenta frascos (SÁ, 1999, p.235).

A epidemia continuava provocando a morte de muitos parahybanos e os governos decidiram criar um Instituto Vaccinogênico na Parahyba do Norte, inaugurado em 27/10/1913 e funcionou a Rua Bôa Vista nº 15 ao lado da Directoria de Hygiene e em 1917, passou a funcionar à rua das medalhas e posteriormente fechou pela falta de aparelhos para extração da lympha. (SÁ, 1999).

Vaccinem-se! Revaccinem-se! As primeiras idéias da prophylaxia das molestias infecciosas referem-se á varíola. A imunidade dos medicos e enfermeiros em relação á varíola sempre foi uma excelente pedra de toque de afficacia da vacinação. Hoje só tem varíola quem quer. Não é crível que o espirito da nossa população já se tenha apagado a lembrança dos prazeres e do luto que nos proporcionou a ultima epidemia de varíola verificada nesta capital em 1906 e 1907. **“Hoje só tem varíola quem quer”**, disse o grande higienista brasileiro dr. Oswaldo Cruz. Quem consultar as edições desta folha, a cada anno, há de ver que o serviço de vacinação e revacinação anti-variolica em nossa capital tem sido feito com certa frequencia, sem os vexames da obrigatoriedade, mas também, para o publico, sem o interesse que deve despertar a prophylaxia especifica da varíola. (...) **é certo que nas classes inferiores ainda domina o preconceito ignorante do grande**

peccado de botar peste no corpo na recusa que se faz em aceitar a vaccina anti-variolica (*A União*, 21/08/1913, p. 1).

A imprensa quase diariamente colocava informações sobre as vacinas aplicadas, as ruas onde os delegados de higiene visitavam, e convocavam principalmente a população pobre para vacinação, já que esta era a mais resistente a vacinação sob a justificativa que não deveria colocar a peste dentro do corpo. É importante lembrar que durante séculos dentre as formas de cura ou para evitar doenças era comum o uso das sangrias para retirar a doença do corpo. Como acreditar que a vacina ou a colocação do vírus no corpo seria capaz de evitar doenças?

Mesmo com a resistência das pessoas de se vacinarem o governo lançou um plano de ação contra a varíola

Ficou hontem, assentado pelo corpo medico de saude publica estadual, o plano de acção contra a epidemia de varíola. A cidade fica dividida em dois grandes postos de assistencia e vigilancia medica a saber: Cidade Alta – fica entregue a acção sanitaria dos drs. Octavio Soares e Ulysses Nunes. Cidade Baixa - esta a cargo dos doutores Lemos Junior e Azevedo Maia. O dr. Teixeira de Vasconcellos, como lhe cumpre, auxiliará a campanha, inspeccionando e dirigindo todo o serviço interno e externo da Repartição de que é chefe. O serviço que vae ser executado deve ser o seguinte, na devida ordem: Visitas domiciliars, aconselhando ao publico, para fazer o asseio dos quintaes, remoção ou incineração do lixo, isolamento dos doentes indigentes, no hospital destinado para isto, isolamento dos domicílios, quando for necessário, segundo manda o regulamento do Serviço Sanitario. Nessas visitas diárias os medicos têm o dever stricto de fazer o serviço constante de vacinação e revaccinação, como conhecido meio insophismável, de alto valor prophylatico, contra a varíola. A Directoria de Hygiene, pelo corpo de desinfectadores, mandará fazer desinfecções rigorosas em todos fócios de peste, fornecendo o juízo dos medicos dos postos acima mencionados, desinfectantes ao povo para que este possa auxiliar as autoridades sanitárias, no sentido de alcançarem a breve victoria da referida campanha. As remoções dos doentes para o isolamento e a remoção dos cadáveres de variolosos para a necrópole serão affectuados nos carros apropriados, pertencentes a Repartição de Hygiene. Este plano de acção e de ser rigorosamente executado, devendo cada um desvelar-se pelo cumprimento exacto de todas as medidas ahi estabelecidas, para a debelação da varíola (*A União*, 1913, p.2).

Sobre o número de pessoas vacinadas o jornal *A União* assim registrava: “Na sede da Repartição de Hygiene foram vacinadas 31 pessoas do povo. Vaccinaram 272 pessoas em Cruz do Peixe e Cruz d’Almas. Dr. Lemos vaccinou 79 nas ruas Maciel Pinheiro, rua D’Areia e Cardoso Vieira. Foram também, mandadas executar 7 desinfecções em domicílios” (*A União*, 1913, p.3).

Em relação ao movimento sanitário realizado pela Repartição de Hygiene em 1912, o jornal *A União* publicou o seguinte:

Foram effectuadas de janeiro a dezembro de 1912:

Visitas domiciliars	1.738
Intimações.....	308
Desinfecções.....	53
Attestados de habitabilidade.....	11
Vaccinas contra varíola.....	856
Multas.....	2
Notifficações recebidas.....	2

Offícios recebidos.....	78
Offícios expedidos.....	98

(A *União*, 20/06/1913, p. 3).

O combate a varíola se estendia também as visitas domiciliares, a desinfecção dos focos da peste, a intimação dos moradores que tivessem suas casas com problemas de limpeza, etc.

[...] 1ª Delegacia de Hygiene – o sr. Dr. Octavio Soares fez um corpo de delicto, passou 6 attestados de obito e intimou o sr Antonio Muniz para fazer o seguinte serviço na casa de sua propriedade á rua do Tambiá nº 82 – um aparelho sanitário, limpeza geral do predio e remoção do lixo existente no quintal só depois deste serviço a sua casa poderá ser considerada habitavel, por esta delegacia de polícia sanitária.

2ª Delegacia de Hygiene – o sr. Dr. Lemos Lunior fez 5 intimidações a vários proprietarios de casas á rua Barão do Triumpho, para fazerem aparelhos sanitários. Foram igualmente, intimados 5 locatarios á referida rua a fazerem remoção de lixo dos seus quintaes, desinfecções e limpeza geral dos aparelhos sanitários. Foi intimado o procurador da casa nº 12 á rua da Estrada do carro, para fazer um cano para escoamento de aguas servidas e pluviaes. Também, foi intimado o proprietario da casa nº 7, para fazer a obstrucção de uma fôssa de materiaes fecais, no prazo de 48 horas (A *União*, 16/03/1913, p. 2).

As pessoas tinham suas casas invadidas por profissionais que além da vacinação observavam os mínimos detalhes do seu cotidiano, e em muitos casos interditavam suas moradias ou obrigavam a pagarem multas caso encontrassem lixo, presença de animais, ausência de vaso sanitários, canos entupidos, águas estagnadas, etc. Era a vigilância dos corpos e dos espaços.

Na Parahyba do Norte, como em outras cidades, a medicina passou a direcionar o olhar para as ruas. São olhos para o nivelamento, alinhamento, largura, comprimento, calçamento, canalizações, arborização, lixo, presença de animais, de pessoas, etc. Porém, também se voltou para o interior das moradias, sobretudo, a casa dos pobres. Era lá que as águas estagnadas, o lixo, a falta de sanitários, encontravam ambiente propicio para que as doenças se desenvolvessem e se propagassem.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos documentos utilizados ao longo deste trabalho, considero que a revolta da vacina ocorrida em 1904, foi o reflexo de todos os problemas que a população estava passando nas primeiras décadas do século XX, visto que os projetos para um aburguesamento era assustador e mais ainda a repressão do governo em implantar o decreto coagindo a população a se vacinar, sem ter o direito de escolha, foi o estopim para que a população se movimentasse. A população totalmente leiga sendo sua maioria analfabeta não tinha nenhum conhecimento a respeito dos benefícios que a vacina poderia trazer, mesmo assim o poder público não se importou em informa-los com campanhas ou panfletos levando em conta os meios de comunicação existente da época, a população foi atçada a suspeitar da vacina.

Estamos no século XXI lidando com o enfrentamento a uma pandemia de coronavírus que somente no Brasil já soma mais de 159,562 mortes pelo Covid, segundo o site de noticia G1, e na Paraíba já foram 3.178 mortes. A epidemia na Paraíba chegou em fevereiro de 2020 e desde então os números de vítimas só aumenta, segundo

o site de notícias Portal Correios. A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou com poucos sintomas, e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório. Altamente contagiosa, a transmissão acontece de uma pessoa doente para outra ou por contato próximo por meio de toque do aperto de mão contaminadas; Gotículas de saliva; Espirro; Tosse; Catarro; Objetos ou superfícies contaminadas, como celulares, mesas, talheres, maçanetas, brinquedos, teclados de computador etc. Mesmo com tantos acessos a informação tantos em jornais de grande circulação em rede aberta, internet em sites e redes sociais, explicando como se evita o contágio da COVID-19 algumas pessoas se recusam a acreditar e seguir as recomendações protagonizadas pela a OMS.

Conforme as notícias sobre a COVID-19 aparecem e também surge as temidas *Fake News* disseminando notícias falsas causando dúvida na população e fazendo com que o povo não se prevenisse, inclusive o próprio presidente da República se recusa a aceitar as recomendações da OMS e sair pra todos os lugares sem máscara apertando as mãos de todos. Chegando a ironizar os dados dos óbitos das vítimas por COVID-19. Quem não chegou a ver a notícia do seu discurso, quando questionado por jornalistas sobre o número de mortos para a pandemia de COVID-19, o presidente da República desdenhosamente respondeu com um “E daí?”, estampado nas manchetes dos jornais? Ou “eu sou Messias, mas não faço milagres”. Frase do chefe de estado. Tal qual se fazia nas primeiras décadas do século XX onde os números de hospitais eram aumentados dando suporte por conta das epidemias (ARAÚJO, 2020). Na Paraíba e em outros estados do Brasil o número de leitos foi aumentado para que tivesse como da assistência a todas as vítimas da COVID. Aliás, uma das recomendações primordial era para que as pessoas permanecessem em casa para que o contágio diminuísse e não infectasse todos ao mesmo tempo, evitando assim o colapso dos hospitais, em virtude do grande aumento pela procura de leitos.

Conforme publicado no blog de notícias *Polêmica Paraíba* pelo historiador Azemar dos Santos Júnior, em um breve comentário sobre as patologias que acometeram a paraíba no final do século XIX e no começo do século XX, que historicamente a Paraíba já recebera a visita de outros “hospedes indesejados” Disponível em: <<https://www.polemicaparaiba.com.br//paraiba/epidemias-quando-a-paraiba-se-tornou-um-imenso-hospital-por-Azemar-junior/>>. Desde o período colonial brasileiro foi registrado surtos de varíola que pipocavam os corpos das pessoas levando ao padecimento da vida. A varíola, assim como o Covid-19 era transmitida de indivíduo a indivíduo. Durante todo o século XIX, a Paraíba foi atacada por esse mal chegando inclusive a serem construídos espaços destinados aos variolosos afastados das cidades.

Não foi diferente no vigésimo século, que enumerou surtos epidêmicos de varíola nos anos de 1902, 1905, 1907, 1912, 1913, por duas vezes só na capital, 1914, 1919, 1921 e 1925. Uma epidemia que grassou da Capital a ao alto sertão, vitimando a cidade de Cajazeiras. Como em tempos de epidemia, coube aos médicos que atuavam no estado a orientar medidas consideradas profiláticas, higiênicas, a exemplo de lavar bem as mãos, evitar partilhar utensílios utilizados por outras pessoas, preferir ambientes abertos, ao ar livre, dentre outros. O problema é que na transição do século XIX para o século XX, eram poucas a quantidade de pessoas que tinham acesso à informação publicada nos jornais em circulação.

No entanto, o que serviria para nos ajudar para chegar a informação a lugares mais difíceis, está sendo usada com falsas informações, causando a população medo em relação ao surgimento da vacina tal qual foi na revolta da vacina no Rio de Janeiro, onde por interesse político foram espalhadas tantas inverdades como exemplos quem tomasse a vacina correria risco de morte, que a vacina antivariólica após sua aplicação as pessoas ficariam com feições da vaca, chifres e etc. Também na contemporaneidade surgem diversos boatos inclusive um recente foi a suspensão dos testes para nova vacina contra o COVID, cujos efeitos adversos teriam causado a morte de um voluntário dos testes, sendo comprovado que a morte deste teve como causa suicídio. Algo bem parecido surgiu na época quando o decreto estava a ser prestado a ser aprovado com a obrigatoriedade da vacina, morreu uma voluntária que teria sido vacinada e os médicos legistas colocaram em seu laudo morte causado pela vacina, entretanto, Oswaldo Cruz reexaminou e diagnosticou que a causa real da morte tinha sido cirrose. Pois bem, as falsas notícias já vêm sendo usada há muito tempo atrás, quando convém para determinado grupo político.

Apesar de termos consciência sobre o surgimento das *Fake News* muitas pessoas estão se posicionando contra sobre a suposta vacina contra a COVID-19. Em muitos depoimentos nas redes sociais e jornais de grande circulação, a população põe em dúvida a eficácia da vacina contra o coronavírus, chegando ao ponto de o supremo tribunal federal (STF) ter que entrar em cena e defender que o Estado possa obrigar a população a se vacinar. Quando a vacina estiver pronta, ministros afirmam, reservadamente, que o direito coletivo de proteção à saúde se sobrepõe às garantias individuais de cada cidadão.

Portanto, a revolta da vacina foi um marco na história das doenças, não somente por sua patologia, por que como vimos a varíola aparece na história desde a antiguidade e é tratada com diversos tratamentos desde superstições, rituais que vem da sabedoria popular desde a inoculação até se chegar a vacina por si só. Mas em 1904 a população mais pobre quis mostrar que era "gente", que tinha direito de pelo menos de escolher se queria de fato ser vacinados, entretanto, não foi só esse desejo por justiça que moveu todo o confronto, mas existia insatisfações em todos os níveis sociais.

6 - REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3 ed. João Pessoa: A União, 1980.

AQEL, Farah. **A arriscada história da vacinação**. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3fOVf> Acesso: 20/09/2020.

ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega. **Uma Cidade muitas tramas: a cidade da Parahyba do Norte e seus encontros com a modernidade (1880-1920)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

ARAÚJO, Rafael Nóbrega. **O “terrível flagello da humanidade”: os discursos médico-higienistas no combate à sífilis na Paraíba (1921-1940)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2020.

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GAZÊTA, Arlene. **História e saúde: com a varíola, nasce a saúde pública**. Disponível em: <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/dossie-historia-saude-com-a-variola-nasce-a-saude-publica/>. Acesso em: 20 de agosto 2020.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano. “Em Favor da Hygiene Publica, da Policia Sanitária e do Bem Geral”: As Medidas de Combate à Varíola na Parahyba no Século XIX. In: **Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil** / organizador Márcio Ananias Ferreira Vilela. Recife: Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, 2019, p. 1-15.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da Colônia: limites e espaços da cura**. 3. ed. rev. ampl. e atual. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da monarquia ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Contexto, 2016.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti; SANTOS, Leonardo Querino Barboza dos. **Só é sujo quem quer (?) – Representações médicas na Paraíba do início do século XX**. Disponível em: <www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/7482/4717>. Acesso em: 10/10/2020.

SÁ, Lenilde Duarte de. **Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios. O Serviço de Higiene Pública: 1895-1918**. Tese de doutorado. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP), 1999.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. “Higiene e higienismo entre o Império e a República”. In: PRIORE, Mary del. AMANTINO, Márcia (orgs.). **História do corpo no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura Como Missão**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina- mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FONTES DOCUMENTAIS

a) Legislação

BRASIL. Lei nº 1.261, de 31 de outubro de 1904. Torna obrigatórias, em toda a República, a vacinação e a revacinação contra a varíola. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, Seção 1, 2/11/1904.

Officio Nº 5003. Anthunes Maciel. Ministério dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 22/12/1883.

Offício N° 1610. 1ª Directoria da Secretaria de Estado dos Negocios do Império. Rio de Janeiro, 20 de abril de 1886.

Offício n° 33. Enfermaria da Cruz do Peixe. Parahyba em 10 de julho de 1889.

Lei n° 1.261, de 31 de outubro de 1904. Disponível em <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=19095>. Acesso em: 12/10/2020.

MACHADO, João. Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba pelo Presidente da Paraíba João Machado. Imprensa Official, Parahyba, 1913.

NASCIMENTO, José Ayres. Mensagem do Presidente de Província, dr. José Ayres do Nascimento. Imprensa Official, Parahyba do Norte, 1883.

LEAL, Monsenhor Walfredo. Lei 270, de 26 de setembro de 1907.

b) Periódicos

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 05/06/1904. Disponível em: <http://oswaldocruz.fiocruz.br/linha-do-tempo/#page/20>. Acesso em 10/10/2020.

ESTADO DA PARAHYBA. Parahyba do Norte, 17/09/1891.

ESTADO DA PARAHYBA. Parahyba do Norte, 11/01/1908.

A UNIÃO. Parahyba do Norte, 21/08/1913.

A UNIÃO. Parahyba do Norte, 20/06/1913.

A UNIÃO. Parahyba do Norte, 10/01/1913.

A UNIÃO. Parahyba do Norte, 16/03/1913.